

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UMA ANÁLISE DO MODELO PROPOSTO E A VIABILIDADE DE SUA ADESÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Área temática: Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Cristina Alves Pereira

cristinapereira@cp2.g12.br

Níssia Bergiante

nissiabergiante@id.uff.br

***Resumo:** A introdução da Gestão Ambiental na área privada ou pública é de extrema necessidade e urgência, tendo em vista que as ações humanas contra o meio ambiente estão provocando a escassez dos recursos naturais com seu uso descontrolado e irresponsável. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) com o intuito de estimular os gestores públicos a incorporar princípios sustentáveis às atividades das instituições. Assim, o presente artigo tem como objetivo propor a inserção de práticas sustentáveis às atividades de uma instituição de ensino. A análise da viabilidade para aderir a A3P será obtida através da ferramenta Matriz SWOT, onde será verificado se o atual momento da instituição é adequado para a adesão. Por fim será feita uma análise dos resultados obtidos e a conclusão.*

***Palavras-chaves:** A3P, Práticas sustentáveis, Instituição de ensino, Análise SWOT.*

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável vem adquirindo importância no cotidiano das pessoas devido à preocupação com a escassez dos recursos naturais seja pelo mau uso ou pelo desperdício. Segundo Sehnem et al. (2013, p. 2), o grande crescimento populacional e a má utilização dos recursos naturais causaram inúmeros impactos de ordem social, ambiental e econômica ao longo do tempo para todos os âmbitos da sociedade.

Essa busca por iniciativas sustentáveis e a promoção da responsabilidade socioambiental, não está só nas organizações privadas, mas também na Administração pública.

Dias (2014, p. 27) afirma que a Administração Pública assume um papel relevante na promoção da sustentabilidade ambiental, tendo em vista a sua condição de promotora de políticas públicas e seu poder de compra.

Para Barata et al. (2007, p. 168) a adesão a programas sustentáveis resulta em critérios socioambientais para investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais. Na opinião de Cavalcante (2012, p. 215) as empresas e instituições do setor público, particularmente as que têm como missão direta promover o bem-estar da sociedade, deve ser as primeiras a tomar a iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental. Rochinski et al. (2015, p. 6) ressalta que padrões ambientais bem fundamentados podem desencadear inovações, seja na área pública ou privada, que possibilitem diminuir o custo total de um produto ou melhorar seu valor.

Mediante a preocupação em introduzir ações e práticas sustentáveis no setor público federal, foi criada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no Brasil, no ano de 1999.

O programa é responsável por uma política de responsabilidade socioambiental no setor público, que visa buscar estratégias inovadoras nos fatores de consumo e produção.

Para Cavalcante (2012, p. 194), o programa visa sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Nesse mesmo sentido, Brasil (2013, p. 12) diz que a A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para mudança de hábitos.

As instituições buscam, nos dias atuais, caminhar de uma forma sustentável, mas que não seja moroso e nem burocrático. Que não interfira de forma brusca no andamento das tarefas e

na rotina dos colaboradores. Para a gestão de uma instituição de ensino, a sustentabilidade é primordial, pois estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Nos dias atuais, diante da crise econômica, as organizações privadas e públicas, buscam atender à necessidade de se alinhar aos ideais sustentáveis, sem que tenham que desembolsar grandes quantias.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é propor a inserção de práticas sustentáveis na instituição de ensino Colégio Pedro II.

A implantação de um programa sustentável às atividades de uma escola podem sofrer implicações dos mais diversos tipos e áreas. Mediante tal situação o presente artigo baseia-se na seguinte questão: Qual a melhor forma de implantar práticas sustentáveis em uma instituição de ensino?

Dessa forma no segundo capítulo será apresentada uma revisão da literatura abrangendo os principais conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental; seguido pela definição da Matriz SWOT e as especificidades da A3P. No terceiro capítulo será descrita a metodologia utilizada, as etapas e características do artigo. No quarto capítulo será apresentado o estudo de caso e toda análise SWOT aplicada à instituição de ensino. O quinto capítulo apresenta a conclusão e análises sobre a viabilidade de adesão a A3P na instituição.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A definição do conceito Sustentabilidade

Para Cogo et al. (2012, p. 2) sustentabilidade é a necessidade de se garantir recursos hoje e no futuro, por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico das nossas sociedades.

Na opinião de Bacha et al. (2010, p. 5) a sustentabilidade é de um complexo padrão de organização em uma sociedade, apresentando cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Ainda em sua análise Bacha et al. (2010 p. 5) afirma que a sustentabilidade remete ao sustento, no qual a dimensão em longo prazo se encontra incorporada, necessitando ocorrer uma relação harmoniosa com a natureza.

Para Almeida (2002, p. 10) a sustentabilidade é um conceito e um conjunto de práticas que estão sendo construídos coletivamente por indivíduos e instituições de todo o mundo,

com o objetivo da sobrevivência de todos. Concordando, e ainda citando a globalização, Jacobi (2003 p. 195) diz que a sustentabilidade é a definição de limites às possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas por meio de práticas educativas com sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos.

A ética permeia de uma forma geral, todos os aspectos da sustentabilidade. É essa atitude que valoriza as boas práticas. É uma questão de respeito com a natureza e preocupação com o próximo.

Na visão de Pies; Gräf (2015, p. 802) a sustentabilidade tem como objetivo mostrar os caminhos para que os meios de produção e consumo sejam feitos de forma mais consciente, focando tanto o eixo econômico quanto o ecológico. Segundo Loureiro; Lima (2012, p. 293) a sustentabilidade é um conceito oriundo das ciências biológicas e se refere à capacidade de suporte de um ecossistema, permitindo sua reprodução ou permanência no tempo.

Durante o estudo foi observado que o tema sustentabilidade foi categorizado por áreas específicas. Conforme descreve Sartori et al. (2014, p. 4) o ecodesenvolvimento apresenta abordagens de diferentes maneiras como sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional.

Na área pública a sustentabilidade promove mudança de hábitos dos servidores, adequação nas aquisições e consequente redução de gastos públicos. Quelhas et al. (2015, p. 273) destaca que na esfera da administração pública as práticas visam à inserção de critérios de sustentabilidade, que tenham como objetivo a construção de novos modelos de cultura institucional e seus desdobramentos na cadeia produtiva.

Para Ferreira et al. (2015, p. 46) a sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento, possibilitando a manutenção dos recursos e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

Observando as diversas definições e linhas de pensamento seguidas pelos autores, percebe-se que a sustentabilidade é o consenso de que devemos nos preocupar com o momento atual e com gerações futuras, praticando ações individuais e coletivas, por meio de boas práticas e valores éticos, visando possibilidades de crescimento com os devidos cuidados e limites.

O conceito de sustentabilidade é visto de forma diferente do desenvolvimento sustentável, mesmo que para alcançar um necessite do outro, independente da ordem.

Na opinião de Cavalcante (2012, p. 205) a sustentabilidade refere-se à construção das bases do desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é conciliar justiça social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica, de forma gradual e negociada. Já na visão de Sartori et al. (2014, p. 1) o desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo.

2.2. O Desenvolvimento Sustentável

Quanto às definições de desenvolvimento sustentável, começa-se com um dos mais respeitados, citado no relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983. Neste documento consta que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 46).

Na opinião de Teixeira (2013, p. 21) desenvolvimento sustentável atende a um processo multidimensional, com engajamento e iniciativa, apoiado em objetivos de justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. Enquanto para Loureiro; Lima (2012, p. 289) desenvolvimento sustentável é a obtenção de crescer economicamente sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas, garantindo a existência social e de outras espécies no longo prazo.

Nesse sentido, as empresas que devido sua produção, são as maiores responsáveis pela escassez ou destruição de recursos naturais, deveriam buscar em curto prazo, programas ou planos de desenvolvimento sustentável para atender de forma emergencial a situação preocupante deixada por sua produtividade.

Pies; Gräf (2015, p. 796 e 797) defende que o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social e econômico de longo prazo, direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Continuando sua análise Pies; Gräf (2015, p. 798) afirma que o desenvolvimento sustentável propicia a necessidade de novas tecnologias que trabalhe com algo que seja totalmente sustentável, desde a extração ao consumo.

Loureiro et al. (2016, p. 316) observa que o desenvolvimento sustentável pressupõe o atendimento das necessidades atuais e das futuras gerações, isso implica lidar com múltiplas e complexas dimensões, aprofundamento a reflexão das questões éticas.

Desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente (BRASIL 2015, p. 1), e só tem sentido a partir da análise objetiva de problemas concretos que permitam delimitar as alternativas que se colocam para a sociedade e suas possíveis consequências (SILVA NETO; BASSO 2010, p. 325).

Analisando as diferentes abordagens quanto aos conceitos de desenvolvimento sustentável, pode-se observar que a visão principal dos autores segue no pensamento da conscientização do uso dos recursos naturais e como saber usá-los com os devidos cuidados e limites.

Um país que consiga introduzir na cabeça de cada cidadão, os ideais e as perspectivas de um desenvolvimento sustentável, contribuindo com atitudes e não somente com palavras, observaria ganhos na área econômica e social.

Uma das principais linhas buscadas pelo desenvolvimento sustentável é a igualdade social e a necessidade básica humana.

2.3. Educação Ambiental

A educação ambiental é uma ferramenta para sensibilizar e instruir a sociedade, independente da idade, sobre a importância e causas dos problemas ambientais.

Para Sorrentino et al. (2005, p. 288 e 289) a educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado.

Na visão de Ferreira (2013, p. 186) a educação ambiental tem o importante papel de promover a integração do ser humano com o meio ambiente e a inserção do educando e do educador como cidadãos na transformação do atual quadro ambiental.

Na opinião de Jacobi (2003, p. 193) cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, com o objetivo essencial de promover um novo tipo de desenvolvimento. Continuando sua análise, Jacobi (2003, p. 196) sugere novos estilos de vida, que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pela desigualdade socioambiental.

A implantação da educação ambiental para surtir efeito e resultados positivos, deve ser feita em toda esfera da sociedade, e não em grupos limitados. Segundo Barbieri; Silva (2011, p. 55) a educação ambiental é composta por todos os integrantes da educação formal (alunos e professores de todos os níveis de ensino) e não formal (jovens e adultos de todos os segmentos da sociedade).

A plenitude da educação ambiental evidencia um comprometimento do cidadão, que deve buscar alternativas para o bem comum (MEIRELLES ET AL. 2013, p. 94), visando para o futuro à questão de implantar a economia verde em todas as comunidades (PIES; GRÄF 2015, p. 798).

Para Charbaje et al. (2013, p. 6) educação ambiental é uma nova maneira de entender a relação homem-natureza através de diferentes valores morais, comportamentais e éticos, trabalhada na forma de uma aprendizagem permanente.

O ser humano, visando somente o lado financeiro como consequência da globalização é o único responsável pela deteriorização da natureza e seus recursos. Fragas; Correa (2013, p. 26) observa que é importante que cada vez mais o homem tome consciência de que ele e a natureza não são partes, mas sim um todo, ligados por uma interdependência. Ainda de acordo com Fragas; Correa (2013, p. 26) a partir do momento que esta compreensão chegar ao homem, às soluções com relação às questões ambientais chegará com maior facilidade à efetividade de suas implantações.

Zsóka et al. (2013, p. 136) destaca que a educação ambiental deve ser introduzida nas escolas de forma eficaz, que seja capaz de abordar de forma diferente os conhecimentos, atitudes e comportamentos dos alunos, gerando resultado no futuro.

A inserção de uma educação ambiental nas instituições de ensino é de suma importância, pois a introdução de valores, respeito e ética, são iniciadas desde cedo nas crianças, resultando na formação de cidadãos conscientes.

Na opinião de Loureiro et al. (2016, p. 307) a educação ambiental em uma instituição de ensino é o estabelecimento de uma educação comprometida com mudanças de valores e de comportamentos, individuais e coletivos, auxiliando na construção de novos pensamentos.

A educação ambiental são ações de reeducação de cidadãos dentro de uma sociedade, e de educação quando se fala em ambiente escolar. Os cidadãos do futuro entram ainda crianças nas instituições de ensino, e junto com o ensino padrão, as instituições deveriam aplicar ensinamentos de como viver em sociedade buscando o bem comum.

2.4. Análise SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para a elaboração e análise de um planejamento estratégico para as organizações de qualquer seguimento.

A sigla SWOT é uma abreviação das palavras (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) significando que serão considerados na análise pontos Fortes, pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças.

Na visão de Costa; Hoffmann (2015, p. 5) com o uso da matriz SWOT, pode-se estudar as forças e fraquezas internas da organização e ameaças e oportunidades do mercado externo, buscando diagnosticar suas deficiências e desenvolver metas.

Além da classificação dos pontos observados internamente e externamente, devem-se indicar graus de importância a cada quesito, sendo:

- Muito importante (4): refere-se ao fato de que o quesito é fundamental em termos de impacto no negócio da organização;
- Importante (2): refere-se ao quesito que guarda importância relativa com o impacto no negócio da organização; e,
- Pouco importante (1): refere-se aos quesitos que, embora relacionados ao impacto na organização, não refletem significativamente na questão, devendo, de qualquer sorte, ser considerados.

Costa; Hoffmann (2015, p. 5) afirma que a função da análise SWOT é cruzar as oportunidades e ameaças existentes no ambiente externo com as forças e fraquezas levantadas no ambiente interno, desenvolvendo um planejamento estratégico para a organização.

Esse cruzamento pode ser visto na figura 1.

ANÁLISE INTERNA	
Pontos fortes <i>Strengths</i>	Pontos Fracos <i>Weaknesses</i>

ANÁLISE EXTERNA	Oportunidades <i>Opportunities</i>	Tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas.	Desenvolver as estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades emergentes.
	Ameaças <i>Threats</i>	Tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas.	As estratégias a desenvolver devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças.

Figura 1: Matriz SWOT cruzada.

Fonte: PEE UFMT (2014)

2.5. Agenda Ambiental na Administração Pública

Segundo Pegorin et al. (2014, p. 7) o Governo Federal tem a obrigação de contribuir nos assuntos que se referem ao meio ambiente, formulando políticas e utilizando meios que possibilitem a estratégia de melhoria e qualidade de um novo modelo de consumo e produção.

Nesse sentido, o programa Agenda Ambiental na Administração Pública, a A3P, é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e seu objetivo é promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental nos órgãos e entidades públicos. A A3P pode ser desenvolvida em todos os níveis da administração pública, na esfera municipal, estadual e federal e em todo o território nacional.

O Programa foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser usado como modelo de gestão ambiental por outros segmentos da sociedade. Na opinião de Camelo; Monteiro (2015, p 30) a A3P é um organismo de suma importância para a conscientização de gestores e demais funcionários dos órgãos públicos sobre a necessidade de se criar uma consciência ambiental no dia a dia de trabalho.

Os objetivos específicos do programa consistem nas seguintes etapas:

- a) Identificar e reconhecer as iniciativas e atividades implementadas no âmbito da administração pública que contribuem para a sustentabilidade socioambiental;
- b) Estimular a implementação de projetos inovadores de gestão socioambiental que auxiliem na melhoria do clima organizacional e do meio ambiente;
- c) Compartilhar informações que sirvam de inspiração ou referência para iniciativas de

outras instituições;

- d) Encorajar e premiar os órgãos e instituições que possuem compromisso na implementação da A3P.

De acordo com Pegorin et al. (2014, p. 7) a introdução de um programa ambiental é uma ferramenta para evitar, na medida do possível, os impactos que as atividades causam ao meio ambiente.

O programa A3P está estruturado em seis eixos temáticos prioritários:

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos
2. Gerenciamento de resíduos sólidos
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho
4. Sensibilização e capacitação dos servidores
5. Contratações públicas sustentáveis
6. Construções sustentáveis

De acordo com Brasil (2013a, p. 12), todos os eixos foram definidos tendo como base o princípio dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos.

A A3P aplica sua funcionalidade de forma abrangente inserindo cada um desses seis eixos nas atividades da gestão. Dependendo da área de atuação, uns serão mais desenvolvidos que outros.

De acordo com Brasil (2013^a, p. 30) o programa A3P é uma iniciativa em constante aperfeiçoamento e que tem sido referencial para a inclusão do tema da sustentabilidade, através dos eixos temáticos, nas atividades administrativas.

Para Cavalcante (2012, p. 195) o momento em que vivemos é de correção de hábitos de desperdício e desatenção, assim como motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos.

Quanto à adesão ao programa, o Ministério do Meio Ambiente apresenta o Termo de Adesão, que é o instrumento de compromisso para implantação da A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação da A3P.

Para que seja realizada a adesão, é necessária a assinatura do termo, demonstrando o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

Etapas para a Assinatura do Termo de Adesão:

- Ofício para encaminhamento dos documentos;
- Cópia do comprovante de regularidade fiscal;
- Cópia do comprovante de endereço;
- Plano de Trabalho impresso e em meio digital (sem assinatura e data);
- Minuta do Termo de Adesão impressa e em meio digital (sem assinatura e data).

Documentação do representante da instituição signatária do Termo:

- Cópias autenticadas do RG e CPF;
- Cópia autenticada do ato de nomeação;
- Cópia de delegação de competência para assinatura de atos.

A Cartilha A3P orienta as instituições a seguir 5 passos para a implantação do programa.

▪ 1º Passo – Criar Comissão da A3P

Para implantar a A3P é necessário criar uma Comissão Gestora que terá a responsabilidade de promover uma gestão compartilhada e se encarregará de:

- a) Sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa;
- b) Realizar o diagnóstico da instituição;
- c) Realizar o planejamento das ações;
- d) Apoiar a implantação das ações;
- e) Promover o monitoramento das ações.

▪ 2º Passo - Diagnóstico

Depois de formada a Comissão, a próxima etapa é realizar o diagnóstico da situação socioambiental da instituição. O diagnóstico deve conter informações sobre aspectos dos seis eixos temáticos da A3P, sendo possível identificar pontos críticos relacionados, como por exemplo, o desperdício e oportunidades de aperfeiçoamento da gestão.

No diagnóstico devem constar:

- 1) Levantamento do consumo de recursos naturais;
- 2) Levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição (inventário);
- 3) Levantamento de obras realizadas;
- 4) Levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;
- 5) Levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente com relação ao descarte de resíduos sólidos;
- 6) Levantamento de necessidades de capacitação, entre outros que a Comissão definir.

- 3º Passo - Elaboração do Plano de Gestão Socioambiental

A partir do diagnóstico, o próximo passo será o planejamento das ações para implantação da Agenda. O Plano de Gestão Socioambiental deve estabelecer os objetivos, os projetos, atividades ou ações que serão implantadas, as metas a serem alcançadas, as responsabilidades institucionais e as medidas de monitoramento e avaliação, incluindo os indicadores. Também devem ser identificados os prazos necessários e recursos disponíveis para a implantação das ações.

- 4º Passo - Sensibilização e Capacitação

Esta etapa também é fundamental para a efetiva implantação da A3P. Para executá-la, a Comissão pode desenvolver campanhas, cursos e publicação de material educativo específico para os servidores. Deve-se prever também uma estratégia de comunicação para os funcionários terceirizados.

- 5º Passo - Avaliação e Monitoramento

Para o aperfeiçoamento e consolidação das ações implementadas pelas instituições, foi elaborado um painel de indicadores, de caráter orientativo, para auxiliar as Comissões Gestoras nas etapas de monitoramento e avaliação.

3. METODOLOGIA

Este trabalho segue uma metodologia aplicada e qualitativa.

Em um primeiro momento serão expostos os principais conceitos dos temas sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, seguidos os autores, seguido por uma breve análise das funcionalidades da Matriz SWOT.

Após serão demonstradas as especificidades, as características e etapas para a adesão a A3P. Assim como as principais documentações e orientações estipuladas pelo MMA.

Posteriormente é apresentado o estudo de caso, realizado na instituição de ensino Colégio Pedro II, onde serão levantados os fatores internos e externos da instituição através da Matriz SWOT, para que seja analisado se é um momento estratégico para a adesão a A3P.

A pontuação dos fatores da análise SWOT do Colégio Pedro II, foi atribuída pela própria autora, por ser servidora pública federal e fazer parte do quadro da instituição há sete anos. Por trabalhar diretamente na área administrativa e indiretamente na área pedagógica, a autora tem um bom conhecimento geral da instituição.

4. ESTUDO DE CASO

4.1. Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II foi fundado em 02 de dezembro de 1837, com 178 anos o colégio tornou-se uma tradicional instituição de ensino público federal, localizada no estado do Rio de Janeiro. Hoje é formado pela Reitoria e 14 *Campi*, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Denominada Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, de característica pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de Educação Básica.

Atualmente possui capital humano de 15.858 no total. Desse número 1.423 são docentes, 990 são técnicos administrativos, 517 são trabalhadores terceirizados e 12.928 são alunos.

O Colégio Pedro II não possui nenhum programa sustentável inserido em suas atividades pedagógicas e administrativas atualmente. E sendo uma instituição de ensino é de suma importância que esteja alinhada a ideias sustentáveis, buscando inserir boas práticas a sua gestão.

4.2. Análise com a utilização da Matriz SWOT

Abaixo serão apresentadas as tabelas da ferramenta SWOT, com os pontos fortes e pontos fracos do ambiente interno, e as oportunidades e ameaças do ambiente externo do Colégio Pedro II. Os quesitos receberam graus de importância, considerando: Muito importante (4), importante (2) e pouco importante (1).

		FATORES POSITIVOS		FATORES NEGATIVOS	
		PONTOS FORTES	Pontuação	PONTOS FRACOS	Pontuação
AMBIENTE INTERNO	Excelência em educação		4	Nenhum programa sustentável	4
	Localização dos <i>Campi</i>		2	Capacitação dos técnicos	2
	Alunos com necessidades especiais		4	Abuso de poder hierárquico	4

	Capacitação de docentes	4	Mão de obra de T.I.	2
	Salas de aula estruturadas	2	Burocracia interna	1
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	Pontuação	AMEAÇAS	Pontuação
	Mestrado profissional	2	Corte orçamentário	4
	Licença maternidade de seis meses	4	Atraso no repasse financeiro	2
	Licença capacitação	2	Burocracia externa	1
	Progressão por mérito profissional	2	Necessidade de impressão formal	2
	Auxílio permanência aos alunos	4	Greves por reajustes salariais	2

Figura 2: Análise SWOT Colégio Pedro II – Ambiente interno e externo.

Observa-se a necessidade de esclarecer alguns pontos das Oportunidades no Ambiente Externo.

O Mestrado Profissional é citado devido ter sido fruto de um convênio entre o Colégio Pedro II e a Universidade Federal Fluminense com a autorização do MEC. Resultando em dotações orçamentárias específicas para esse fim.

O fator da licença maternidade de seis meses é uma oportunidade externa, pois foi concedida pelo governo, através de lei. Na área privada a mesma licença tem a duração de quatro meses somente.

O mesmo acontece com a licença capacitação, onde os servidores federais podem usufruir três meses de licença, conforme Lei 8.112/90.

O auxílio permanência é direcionado aos alunos, previamente cadastrados, com dificuldades financeiras para sua locomoção e alimentação na rotina escolar. Esse auxílio é custeado totalmente pelo governo, através da verba para assistência estudantil.

4.2.1. Análise SWOT cruzada

Após a categorização dos critérios na matriz SWOT, será feito o cruzamento dos fatores encontrados, de forma a identificar os pontos mais relevantes.

Na figura 3 foi feito o cruzamento dos pontos fortes e as oportunidades identificadas no Colégio Pedro II, totalizando 156 pontos. Em seguida faz-se o comparativo das demais variáveis para que seja desenvolvido um planejamento estratégico.

PONTOS FORTES \ OPORTUNIDADES	OPORTUNIDADES						Soma
	Mestrado profissional	Licença maternidade de seis meses	Licença capacitação	Progressão por mérito profissional	Auxílio permanência aos alunos		
	2	4	2	2	4		
Excelência em educação	4	6	8	6	6	8	34
Localização dos <i>Campi</i>	2	4	6	4	4	6	24
Alunos com necessidades especiais	4	6	8	6	6	8	34
Capacitação de docentes	4	6	8	6	6	8	34
Salas de aula estruturadas	2	4	6	4	4	6	24
Total							150

Figura 3: Análise SWOT cruzada Colégio Pedro II – Pontos fortes x Oportunidades
Fonte: Adaptado de PEE UFMT (2014)

Na figura 4 foram encontrados os resultados do cruzamento dos pontos fortes e as ameaças detectadas na instituição, obtendo um total de 135 pontos.

PONTOS FORTES \ AMEAÇAS	AMEAÇAS					Soma	
	Corte orçamentário	Atraso no repasse financeiro	Cumprir a legislação	Necessidade de impressão formal	Greves por reajustes salariais		
	4	2	1	2	2		
Excelência em educação	4	8	6	5	6	6	31
Localização dos <i>Campi</i>	2	6	4	3	4	4	21
Alunos com necessidades especiais	4	8	6	5	6	6	31
Capacitação de docentes	4	8	6	5	6	6	31
Salas de aula estruturadas	2	6	4	3	4	4	21
Total						135	

Figura 4: Análise SWOT cruzada Colégio Pedro II – Pontos fortes x Ameaças

Fonte: Adaptado de PEE UFMT (2014)

A figura 5 totalizou 135 pontos, resultado do cruzamento dos pontos fracos detectados e as oportunidades obtidas na instituição.

PONTOS FRACOS \ OPORTUNIDADES	OPORTUNIDADES						Soma
	Mestrado profissional	Licença maternidade de seis meses	Licença capacitação	Progressão por mérito profissional	Auxílio permanência aos alunos		
	2	4	2	2	4		
Nenhum programa sustentável	4	6	8	6	6	8	34
Capacitação dos técnicos	2	4	6	4	4	6	24
Abuso de poder hierárquico	4	6	8	6	6	8	34
Mão de obra de T.I.	2	4	6	4	4	6	24
Burocracia	1	3	5	3	3	5	19
Total							135

Figura 5: Análise SWOT cruzada Colégio Pedro II – Pontos fracos x Oportunidades
Fonte: Adaptado de PEE UFMT (2014)

A figura 6 conclui a análise dos cruzamentos dos fatores encontrados. Pontos fracos cruzados com as ameaças obtiveram uma total de 120 pontos.

PONTOS FRACOS \ AMEAÇAS	AMEAÇAS					Soma	
	Corte orçamentário	Atraso no repasse financeiro	Cumprir a legislação	Necessidade de impressão formal	Greves por reajustes salariais		
	4	2	1	2	2		
Nenhum programa sustentável	4	8	6	5	6	6	31
Capacitação dos técnicos	2	6	4	3	4	4	21
Abuso de poder hierárquico	4	8	6	5	6	6	31
Mão de obra de T.I.	2	6	4	3	4	4	21
Burocracia	1	5	3	2	3	3	16

Total	120
--------------	------------

Figura 6: Análise SWOT cruzada Colégio Pedro II – Pontos fracos x Ameaças
Fonte: Adaptado de PEE UFMT (2014)

Após toda a análise das informações cruzadas do Colégio Pedro II, conclui-se que, de acordo com a figura 7, a instituição deve focar em DESENVOLVIMENTO, tendo em vista que os fatores pontos fortes e oportunidades obtiveram a maior totalidade de pontos.

		Análise Externa	
		Oportunidades	Ameaças
Análise Interna	Pontos fortes	DESENVOLVIMENTO	CRESCIMENTO
	Pontos fracos	MANUTENÇÃO	SOBREVIVÊNCIA

Figura 7: Matriz de estratégias - Análise SWOT

4.3. Direcionamento Estratégico

Com base nas informações e análises realizadas, o Colégio Pedro II deve aderir a A3P neste momento, pois o quadrante que obteve a maior totalidade de pontos significa que a instituição deve investir e focar na estratégia de desenvolvimento. De acordo com Costa; Hoffmann (2015, p. 16) estratégias de desenvolvimento é a geração de novos produtos e serviços, à diversificação de atividades e o desenvolvimento da capacidade tecnológica das organizações.

O Colégio Pedro II, por ser uma instituição de ensino, deve investir em tecnologias visando o desenvolvimento; tanto na área administrativa como pedagógica. Aproveitando ao máximo os pontos fortes da instituição para maximizar as oportunidades apontadas.

5. CONCLUSÕES

O artigo tem como objetivo propor a inserção de práticas sustentáveis ao Colégio Pedro II, avaliando a viabilidade da adesão a A3P. Através da análise SWOT, foram verificados os fatores do ambiente interno e externo do Colégio Pedro II, tais resultados interferem na tomada de decisão da gestão, tornando-se um planejamento estratégico, direcionando quais atitudes os gestores devem tomar.

A partir do resultado das análises SWOT cruzadas, foi concluído que o Colégio Pedro II deve focar em desenvolvimento, portanto deve aderir, neste momento, a A3P. Promovendo, além de outras linhas, o desenvolvimento sustentável.

Algumas ações sustentáveis propostas pela A3P necessitam de investimentos, pois são necessárias aquisições ou serviços para que sejam introduzidas. Nessa situação, uma Ameaça do Ambiente Externo, conforme demonstrado na Figura 2, pode vir a dificultar a introdução da ação. O corte orçamentário.

Toda a administração pública está passando por essa ameaça atualmente e certas mudanças podem ser atingidas por essa questão.

Outro fator que pode vir a dificultar a inserção da A3P ao Colégio Pedro II é a falta de capacitação dos técnicos. Os servidores devem ser capacitados para atuar na Comissão, que é a primeira etapa para a implantação do programa. Esse fator é um Ponto Fraco do Ambiente interno, pois a instituição prioriza mais a capacitação voltada para a área pedagógica, do que para as demais áreas.

É um bom momento para o Colégio Pedro II aderir a A3P, mas a gestão terá que saber administrar as ameaças e os pontos fracos para que a implantação da A3P seja bem sucedida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BACHA, M. DE L.; SANTOS, J.; SCHAUM, A. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII Simposio de Excelência Gestão e Tecnologia. **Anais...** . p.14, 2010. Resende.

BARATA, M. M. DE L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 165–170, 2007.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. DA. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM - Revista de Administração Mackenzie (Online)**, v. 12, n. 3, p. 51–82, 2011.

BRASIL. Cartilha como Implantar a A3P. **Ministério do Meio Ambiente**, 2013.

BRASIL. Desenvolvimento sustentável. **www.rio20.gov.br**, 2015. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/development-sustainable.html>. Acesso em: 23/8/2015.

CAMELO, G. L. P.; MONTEIRO, M. DE O. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos Campi do IFRN: Um Olhar a partir dos Gestores. **EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 26, 2015.

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle Doutrina e Artigos**, v. X, p. 193–216, 2012.

CHARBAJE, R. R.; SARAIVA, I. S.; BARROS, M. D. M. DE. Educação Ambiental no Âmbito Formal de ensino: uma abordagem para a formação de cidadãos. **Ambiente & Educação**, v. 18, n. 2, p. 229–244, 2013.

CMMAD. **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - Nosso futuro comum**. 2º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COGO, G. A. DA R.; OLIVEIRA, I. L. DE; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - Um instrumento a favor da Sustentabilidade na Administração Pública. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais...**, 2012. Bento Gonçalves.

COSTA, L. D. C.; HOFFMANN, A. Proposta de metodologia de planejamento estratégico para uma empresa de serviços. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Anais...** p.1–19, 2015. Rio de Janeiro.

DIAS, A. L. **Gestão Ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**, 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FERREIRA, A. P. A. L.; FAORO, D. T. DE O.; VINCENSI, T. M.; VILLANI, T. A Prática de Sustentabilidade : Um estudo bibliométrico com relação à percepção dos pesquisadores da área de administração. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 44–60, 2015.

FERREIRA, C. E. A. O meio ambiente na prática de escolas públicas da rede estadual de São Paulo: Intenções e possibilidades. **Ambiente & Educação**, v. 18, n. 1, p. 185–210, 2013.

FRAGAS, E. G. C.; CORREA, S. R. DOS S. Acordos Internacionais para o desenvolvimento com sustentabilidade. X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. **Anais...** p.1–29, 2013. Vitória.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, n. 118, p. 189–206, 2003.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. DE. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: Nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 289–303, 2012.

LOUREIRO, S. M.; PEREIRA, V. L. D. DO V.; JUNIOR, W. P. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na educação em engenharia. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 306–324, 2016.

MEIRELLES, P. A. A.; VASCONCELLOS, C. A. B. DE; NOVAES, A. M. P. Letramento na educação ambiental: Um exemplo de sustentabilidade. **Ambiente & Educação**, v. 18, n. 2, p. 93–104, 2013.

PEE UFMT. Matriz SWOT. **PEE UFMT - Planejamento e Estratégia Empresarial**, 2014. Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em:
<<https://peeufmt.wordpress.com/planejamento-e-estrategia-empresarial/matriz-swot/>>.
Acesso em: 4/5/2016.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C. DOS; MARTINS, I. DE S. C. A aplicação da Agenda Ambiental no setor público: Estudo de caso em uma Instituição da Administração Pública Federal Direta. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Anais...** . p.1–11, 2014. Rio de Janeiro.

PIES, W.; GRÄF, C. O. Desenvolvimento Sustentável : Uma Análise a Partir do Método Safe. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 2, p. 794–804, 2015.

QUELHAS, O. L. G.; MEIRIÑO, M. J.; FRANÇA, S. L. B.; FILHO, C. A. **Transformação Organizacional para a Sustentabilidade**. 1^o ed. Rio de Janeiro: Benício Biz Editores Associados Ltda, 2015.

ROCHINSKI, A.; PACHECO, R. M.; PEÑALOZA, A. L. L.; PINTO, C. R. S. DE C. Gestão do Conhecimento na Administração Pública Brasileira: seu papel na promoção da sustentabilidade. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. **Anais...** . p.1–16, 2015. Rio de Janeiro.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável : Uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1–22, 2014.

SEHNEM, S.; MARANHÃO, C. J. DE A.; PAVAN, D.; TESTON, S. DE. A sustentabilidade para técnicos administrativos de uma Instituição de Ensino Superior do Oeste de Santa Catarina. 2^o Fórum Internacional Ecoinnovar. **Anais...** . p.1–17, 2013. Santa Maria.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. A ciência e o desenvolvimento sustentável: Para além do positivismo e da pós-modernidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 315–329, 2010.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285–299, 2005.

TEIXEIRA, M. F. DE F. B. **Desafios e Oportunidades para a Inserção do Tripé da Sustentabilidade nas Contratações Públicas : um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo**, 2013. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ZSÓKA, Á.; SZERÉNYI, Z. M.; SZÉCHY, A.; KOCSIS, T. Greening due to environmental education? Environmental knowledge, attitudes, consumer behavior and everyday pro-environmental activities of Hungarian high school and university students. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 126–138, 2013.